

**Edital nº 634 /SMADS/2013**

A Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social do Município de São Paulo torna público, para ciência dos interessados, a abertura de procedimento de seleção para a instalação de serviços de assistência social **SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES**, nos distritos especificados no item 1.1 deste edital, para operacionalização descentralizada, pela **Supervisão de Assistência Social Jabaquara – SAS/Jabaquara**, conforme Decreto nº 54.073 de 04/07/2013, devendo as Organizações/Entidades/Associações sem fins econômicos, interessadas no estabelecimento de parceria com esta Pasta, apresentar suas propostas no local e data identificados no item 2. O Procedimento de Conveniamento reger-se-á pelas disposições contidas na Lei Municipal n.º 13.153/01, pelo Decreto Municipal n.º 43.698/03, e, no que couber, pela legislação em vigor, bem como pelas condições estabelecidas neste Edital.

**1 – OBJETO (TIPO, VAGAS E DISPONIBILIZAÇÃO DE BEM IMÓVEL DOS SERVIÇOS/PROJETOS)**

**1.1.** O presente edital tem como objeto tornar público o interesse da Municipalidade em oferecer o seguinte serviço de assistência social, a saber:

- **Distrito: Jabaquara**
- **Supervisão de Assistência Social: Jabaquara**
- **Tipo de Serviço** – Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e adolescentes .
- **Quantidade de Serviços a ser conveniados no distrito** – 01
- **Vagas:** 20 e excepcionalmente até 22 para atendimento nas baixas temperaturas.
- **Abrangência:** Distrito/região de residência de familiares. Quando houver indicação ou quando a oferta de vagas for insuficiente, os abrigos poderão acolher crianças e adolescentes de outras regiões da Cidade.
- **Bem Imóvel:** Imóvel locado diretamente por SMADS, na área de abrangência do distrito Jabaquara, Subprefeitura Jabaquara.
- **Valor de repasse de recurso mensal:**
  - R\$ 52.776,59 para organização com isenção da cota patronal do INSS e aluguel e IPTU pagos diretamente por SMADS
  - R\$ 60.640,99 para organização sem isenção da cota patronal do INSS e aluguel e IPTU pagos diretamente por SMADS

Obs.: Despesas com Concessionárias (água e luz) pagas diretamente por SMADS.

**1.2.** As ofertas e os padrões específicos exigidos pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social para este tipo de serviço estão detalhados na Portaria nº 46/2010/SMADS, com as alterações posteriores e as informações complementares constam descritas no item 13 deste edital e deverão ser usadas como parâmetro pelas organizações/entidades/associações quando da apresentação de suas propostas, conforme item 3 deste edital.

**1.3.** As Organizações poderão apresentar propostas para quantos serviços forem de seu interesse, desde que atendidas às disposições previstas neste edital.

1.4. As propostas deverão ser apresentadas de forma individualizada, dentro de um envelope endereçado à **Supervisão de Assistência Social Jabaquara - SAS/Jabaquara**

1.5. Cada envelope deverá conter uma proposta para cada serviço descrito no subitem 1.1 deste item.

1.6. Cada Organização/Entidade/Associação só poderá apresentar uma proposta para cada serviço descrito no subitem 1.1 deste item.

## **2 – CONSTITUIÇÃO DO COMITÊ DE AVALIAÇÃO, LOCAL, DIA E HORA PARA RECEBIMENTO E VERIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E CONVOCAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA.**

2.1. O Comitê de Avaliação designado pela **Supervisão de Assistência Social Jabaquara / SAS/ Jabaquara** nos termos do art.16 do Decreto 43.698 de 02 de setembro de 2003 e da Portaria 31/2003/SAS/GABINETE. Alterada pela Portaria nº. 19/SMADS/GAB/2007, será constituído da forma que segue:

### **TITULARES:**

- Ana Lucia dos Santos Rodrigues – RF 537.673.4 (Presidente)
- Daniela Santos Reis – RF 696.948.8
- Sonia Regina Marino - RF 646.148.4

### **SUPLENTE:**

- Lilian Dayse de Souza - RF 779.357.2
- Isabel Francisca de Almeida - RF 505.438.9

2.2. Caberá a SMADS convidar para a Audiência Pública representante do Conselho Municipal de Assistência Social – COMAS e demais conselhos de direitos afetos ao serviço tratado neste edital, com antecedência de no mínimo 10 dias da data de realização da Audiência Pública, devendo constar do processo que cuidará do procedimento cópia do ofício protocolado no referido conselho.

2.3. O Comitê de Avaliação designado e informado no subitem 2.1 receberá envelope endereçado à **Supervisão Regional de Assistência Social Jabaquara / SAS/Jabaquara** contendo a Proposta da Organização/ Entidade/Associação sem fins econômicos para o serviço do item 1 – “objeto” deste edital da forma que segue:

**Data: 09/12/2013**

**Horário: 10:00 as 12:00 hs**

**Local: SAS Jabaquara na Rua dos Jornalistas,48 – Jabaquara – Auditório.**

2.4. Somente serão consideradas as propostas entregues diretamente aos membros do Comitê de Avaliação no dia, local e horário indicados neste edital.

2.5. Caberá a cada Comitê de Avaliação verificar, no momento da entrega e na presença da interessada, se a proposta está instruída com os elementos exigidos neste edital, devendo rubricar todos os elementos entregues nesta ocasião.

**2.6.** Caberá ao Comitê de Avaliação verificar no [site www.prefeitura.sp.gov.br](http://www.prefeitura.sp.gov.br), na página de Finanças, no *link* para o CADIN se a organização proponente consta do Cadastro Informativo Municipal- CADIN, pois em caso positivo significa que a organização possui pendência com a Administração Pública Municipal e seus órgãos ficam impedidos de celebrar convênios com a mesma, conforme Decreto nº 47.096 de 21/03/2006, inviabilizando o prosseguimento da análise de sua proposta.

**2.7.** A Audiência Pública designada pela **Supervisão Regional de Assistência Social Jabaquara - SAS/Jabaquara** nos termos do artigo 14 do Decreto 43.698 de 02 de setembro de 2003 e da Portaria 31/SAS/2003 e Portaria nº. 19/SMADS/2007 será realizada da forma que segue:

**DATA: 16/12/2013**

**HORÁRIO: 10:00 HS**

**LOCAL: SAS Jabaquara na Rua dos Jornalistas, 48 – Jabaquara – Auditório.**

### **3 – FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**3.1.** A Proposta da Organização/Entidade/Associação Interessada para o tipo de serviço descrito no subitem 1.1. do item 1 – “objeto” deste edital deverá ser apresentada de forma escrita, dentro de um envelope, devendo ainda ser instruída com os seguintes elementos:

**3.1.1** – Declaração de matrícula ou credenciamento em SMADS, bem como declaração, assinada pelo representante legal da organização/entidade/associação, de estar apta a apresentar os documentos exigidos em conformidade com o disposto no artigo 11 da Portaria nº 31/2003/SAS/GABINETE alterada pela Portaria nº 19/SMADS/GAB/2007, para fins de celebração de convênio com o Município;

**3.1.2** – Inscrição da organização /entidade/associação no Conselho Municipal de Assistência Social – COMAS.

**3.1.2.1** – Nos termos do parágrafo primeiro do artigo 40 da Resolução nº 528/2011 do COMAS-SP, o protocolo dos requerimentos de inscrição, servirá como prova da inscrição até o julgamento do processo.

**3.1.3** - Inscrição da organização/entidade/associação no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

**3.1.4** – Detalhamento do currículo de experiências sociais da organização/entidade/associação sem fins econômicos

**3.1.4.1** - apresentar suas experiências sociais e declarações de reconhecimento de suas práticas emitidas por instituições governamentais, de reconhecida expressão, nacional ou internacional, caso existam;

**3.1.4.2** - apresentar parcerias com outras instituições, universidades e empresários para gestão dos serviços já desenvolvidos, bem como aquelas que pretende estabelecer, demonstrando sua capacidade de realizar e manter parcerias para a gestão do serviço ora proposto.

**3.1.5** – detalhamento de sua Proposta de Desenvolvimento de Serviço ou Projeto, indicando qual das unidades relacionadas no subitem 1.1. do item 1 – “objeto” deste edital é de seu interesse, descrevendo em relação à unidade escolhida:

**3.1.5.1** - as instalações a serem utilizadas

**3.1.5.2** - a abrangência territorial da ação a ser desenvolvida em congruência com o estabelecido por SMADS;

**3.1.5.3** - especificar a vinculação da ação com as orientações do Plano Municipal de Assistência Social;

**3.1.5.4** - a forma que utilizará para acesso dos usuários e de controle da demanda pelas ofertas do serviço;

**3.1.5.5** - especificar a metodologia a ser desenvolvida especialmente na acolhida e no trabalho social, de modo a evidenciar as estratégias de atuação para alcance das metas;

**3.1.5.6** - especificar a forma de monitoramento e avaliação dos resultados e metas estabelecidas para o desenvolvimento do serviço;

**3.1.6** – Detalhamento dos Recursos Humanos na gestão do serviço:

**3.1.6.1** - especificar no quadro de recursos humanos a formação de cada profissional, bem como, a carga horária, habilidades, atribuições e competências;

**3.1.6.2** - especificar a metodologia de capacitação continuada que utilizará para o quadro de recursos humanos;

**3.1.6.3** - especificar a distribuição dos profissionais para a operacionalização e gestão do serviço para a garantia dos resultados e metas estipuladas.

**3.1.6.4** - especificar que o processo de seleção e capacitação continuada dos profissionais, será em conjunto com **SAS / CREAS e SMADS/Proteção Social Especial e Espaço do Aprender Social** através de grupos de estudo e discussão de casos, supervisão e registro das experiências.

**3.1.7** - Detalhamento da aplicação dos Recursos Financeiros na gestão do serviço:

**3.1.7.1** - especificar em tabela de custeio a distribuição dos recursos financeiros para a operacionalização e gestão do serviço;

**3.1.7.2** - especificar a contrapartida da organização/associação/entidade sem fins econômicos na gestão do serviço;

**3.1.7.3** - especificar os custos mensais e anuais estimados a partir da Tabela de Custos dos Elementos de Despesa dos Serviços de Assistência Social, instituída pela Portaria nº 47/2010/SMADS – Anexo I.

**3.1.7.4** - Informar se há necessidade de verba de implantação, especificando o valor e detalhando a sua utilização, observado o limite máximo de até **R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)** a qual deve destinar-se ao pagamento de despesas iniciais para a implantação do serviço;

**3.1.7.5** - fica vedada a solicitação/concessão de verba de implantação caso a organização que vença a audiência seja a mesma que já vem executando o serviço.

**3.1.7.6** - em casos excepcionais, a critério de SMADS e devidamente justificado, poderá ser concedido verba para adequações iniciais.

#### **4 – DATA E FORMA DE DISCUSSÃO DAS PROPOSTAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS**

**4.1.** As propostas recebidas serão apresentadas em audiência pública, especialmente convocada para este fim, para manifestação de usuários, moradores, representantes de Conselhos, dentre outros, e para eventuais complementações e esclarecimentos das organizações/entidades/associações proponentes.

**4.2.** As regras para realização das audiências públicas e participação das organizações e associações interessadas estão disciplinadas na Portaria n.º 31/2003/SAS/GABINETE alterada pela Portaria n.º 19/SMADS/GAB/2007.

## **5 – QUANTO ÀS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS**

**5.1.** Nas audiências públicas, as organizações deverão ser representadas por seu representante legal ou por pessoa devidamente credenciada pelo responsável legal da instituição.

**5.2.** O credenciamento far-se-á por um dos seguintes meios:

**a)** Instrumento público de procuração pelo qual a organização tenha outorgado plenos poderes ao credenciado, podendo este representá-la na audiência pública e oferecer esclarecimentos e informações que forem necessários.

**b)** Instrumento particular de procuração/credenciamento (conforme modelo no anexo I) pelo qual a organização tenha outorgado poderes ao credenciado para representá-la na audiência e oferecer esclarecimento e informações que forem necessárias

**5.3.** A organização que tenha apresentado proposta, mas que não esteja com representante devidamente credenciado ficará impossibilitada de oferecer informações e complementações à proposta.

**5.4.** Julgando necessário, o comitê de avaliação, no decorrer da audiência pública, poderá conceder o prazo de até 2 (dois) dias úteis para que as organizações proponentes apresentem, por escrito, os esclarecimentos e complementações indicados na audiência, e que deverão ser protocolados na **SAS /Jabaquara**, com um dos membros do Comitê de Avaliação.

## **6 – CRITÉRIOS DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS**

**6.1.** O Comitê de Avaliação apresentará parecer técnico analisando as propostas apresentadas, as condições legais das proponentes e as manifestações produzidas em audiência pública, manifestando e justificando a escolha daquela mais apta para executar o serviço, de acordo com os seguintes critérios:

**6.1.1** - congruência da proposta com a política Nacional de Assistência Social e a NOB – Norma Operacional Básica SUAS - Sistema Único de Assistência Social

**6.1.2** - congruência da proposta com o Plano de Assistência Social do Município de São Paulo – PLAS-2009-2012, de forma a verificar as possibilidades que a proposta apresentada oferece para alcance das metas nele indicadas;

**6.1.3** - qualidade das experiências sociais da organização/entidade/associação proponente, e a compatibilidade delas com o tipo de serviço a ser executado, a luz do currículo de experiências sociais e das declarações de reconhecimento de suas práticas emitidas por instituições governamentais, de reconhecida expressão, nacional ou internacional;

**6.1.4** - capacidade em atender as metas estabelecidas;

**6.1.5** - compatibilidade entre a proposta apresentada, as ofertas e os padrões específicos que compõem o tipo de serviço indicado no subitem 1.1 do item 1 – “objeto e unidades” deste edital, constantes na Portaria n.º 46/2010/SMADS

**6.1.6** - compatibilidade entre a proposta apresentada e a Tabela de Custos por Elementos de Despesa dos Serviços Socioassistenciais instituída pela Portaria nº 47/2010/SMADS.

**6.1.7** - capacidade de potencializar e distribuir recursos humanos para a gestão dos serviços e a garantia de viabilizar resultado;

**6.1.8** - especificação e qualificação dos recursos humanos que disponibilizarão para o serviço, segundo parâmetros da SMADS;

**6.1.9** - disposição para garantir o caráter público da parceria com a Prefeitura do Município de São Paulo, na divulgação do serviço a ser prestado e na atenção ao usuário;

**6.1.10** - capacidade e disposição de manter relação de referência/contrarreferência entre o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e as vagas dos serviços conveniados, de forma a operar as suas ações integradas em rede e a atender a demanda dos usuários.

**6.1.11** - capacidade da organização/entidade/associação sem fins econômicos de garantir contrapartida na gestão do serviço a ser conveniado

**6.1.12** - capacidade de realizar parcerias com a iniciativa privada, terceiro setor, universidades entre outros na gestão do serviço,

**6.1.13** - complementação dos elementos da proposta e esclarecimentos apresentados pela organização/entidade/associação sem fins econômicos proponente, em audiência pública.

**6.2.** O parecer do Comitê de Avaliação será publicado no Diário Oficial da Cidade, no prazo de até 7 (sete) dias, após a realização da Audiência Pública.

## **7 – POSSIBILIDADE DA MANIFESTAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES/ENTIDADES/ ASSOCIAÇÕES ACERCA DO PARECER TÉCNICO DO COMITÊ DE AVALIAÇÃO**

**7.1.** A organização/entidade/associação proponente poderá apresentar manifestação, no prazo de 5 (cinco) dias contínuos, a contar da data da publicação do parecer técnico do Comitê de Avaliação no Diário Oficial da Cidade.

**7.2.** O prazo para manifestação é contado excluindo-se o dia da publicação, e incluindo-se o dia do vencimento.

**a)** Considera-se prorrogado o prazo estipulado até o primeiro dia útil, se o vencimento ocorrer no sábado, domingo, feriado, ponto facultativo municipal ou se o expediente administrativo for encerrado antes do horário normal;

**b)** Só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal.

**7.3.** A manifestação da organização/entidade/associação proponente será analisada pela **Supervisão de Assistência Social/ SAS Jabaquara**, quando da efetiva escolha e elaboração de parecer indicando a organização ou associação mais apta a celebrar a parceria mediante convênio.

## **8 – ELABORAÇÃO DE PARECER PELO SUPERVISOR DE ASSISTÊNCIA SOCIAL INDICANDO A ORGANIZAÇÃO/ENTIDADE/ASSOCIAÇÃO APTA A CELEBRAR O CONVÊNIO, E DESPACHO HOMOLOGATÓRIO:**

**8.1. O Supervisor da Supervisão de Assistência Social Jabaquara / SAS Jabaquara** emitirá parecer indicando e justificando a organização/entidade/associação mais apta a celebrar a parceria mediante convênio, o qual será submetido à Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, para homologação.

**8.2.** O despacho homologatório autorizando a celebração do convênio será publicado no Diário Oficial da Cidade.

## **9 – DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA A CELEBRAÇÃO DO CONVÊNIO**

**9.1.** São exigidos para a celebração do convênio os seguintes documentos, que devem ser entregues na **SAS Jabaquara**:

- a)** cópia da ata de reunião de eleição e posse da diretoria em exercício, registrada no Cartório de registro Civil de Pessoa Jurídica; e quando não constar na ata o período do mandato da diretoria deverá ser apresentado também o Estatuto da organização;
- b)** cópia da certidão negativa de débito (C.N.D) junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, com prazo de validade em vigência, caso não seja possível acessá-la via internet;
- c)** cópia da certidão de regularidade referente ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, com prazo de validade em vigência;
- d)** conta corrente específica da organização ou associação para recebimento dos reembolsos advindos do convênio, especificamente no Banco do Brasil;
- e)** declaração da organização/entidade/associação escolhida de que não possui menores de 18 (dezoito) anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos realizando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, cumprindo o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, sob as penas da lei;
- f)** certidão de Isenção do Imposto Sobre Serviço – ISS ou protocolo do pedido de seu reconhecimento. Caso não apresentados, haverá retenção de 5% do ISS;
- g)** cópia do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, com validade em vigência, no caso da organização ter o reconhecimento pelo Conselho Nacional de Assistência Social.
- h)** cópia do ato declaratório de isenção de contribuição previdenciária expedida pelo INSS (organização isenta de cota patronal)
- i)** cópia da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- j)** declaração, assinada por cada diretor da entidade, atestado que não incidem nas vedações constantes do artigo do Decreto nº. 53.177/2012, conforme anexo III do edital.

**9.2.** A celebração do convênio está sujeita à assinatura de documento, conforme disposto no artigo 12 da Portaria nº 31/2003/SAS/GABINETE, alterada pela Portaria nº.19/SMADS/GAB/2007 quando o imóvel for cedido ou disponibilizado pela própria organização/entidade/associação escolhida, ou ainda locado pela mesma.

## **10 – PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONVÊNIO**

**10.1.** O convênio a ser firmado com a organização/entidade/associação escolhida quando onerar somente fonte municipal terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado por até 60 (sessenta) meses.

## **11– REPASSE MENSAL**

**11.1** - A Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social repassará mensalmente a organização/entidade/associação conveniada de acordo com a composição de itens disposto na Portaria nº 47/2010/SMADS.

**11.2** - A Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social repassará mensalmente a organização/entidade/associação conveniada o valor estimado a partir do valor financiado pelo órgão estadual/federal e a contrapartida municipal.

**11.3** - Quando o pagamento mensal estiver, integral ou parcialmente, vinculado a recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS ou do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FUMCAD, a liberação da parcela vinculada, por SMADS à conveniada, fica condicionada ao depósito correspondente no respectivo Fundo.

**11.4.** – O Valor do repasse mensal poderá ser alterado, caso, até a celebração do convênio, venha a ocorrer alteração da Tabela de Custos dos Elementos de Despesas dos Serviços de Assistência Social que subsidiaram sua composição, por meio de ato específico desta Pasta.

## **12. DATA DE ASSINATURA DO TERMO DE CONVÊNIO**

**12.1.** Os termos de convênio serão previamente submetidos à homologação do Secretário Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, antes de sua assinatura.

**12.2.** O termo de convênio será assinado pelas partes após a publicação do despacho homologatório do Secretário Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, no Diário Oficial da Cidade.

## **13. DESCRIÇÃO DO SERVIÇO**

### **Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e adolescentes**

**Caracterização do serviço:** Oferecer acolhimento provisório e excepcional para crianças de ambos os sexos, inclusive crianças com deficiência, em situação de medida de proteção<sup>1</sup> e de

---

<sup>1</sup> Medida protetiva aplicada nas situações previstas no Art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente, sempre que os direitos forem ameaçados ou violados e, no que couber, segundo o estabelecido nos Artigos 90 a 94. A excepcionalidade dessa medida está prevista no Art. 101,



risco pessoal, social e de abandono, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção. As unidades devem oferecer ambiente acolhedor, estar inseridas na comunidade e ter aspecto semelhante ao de uma residência, sem distanciar-se excessivamente, do ponto de vista geográfico e sócio-econômico, da comunidade de origem das crianças acolhidas. O atendimento prestado deve ser personalizado, em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local. Grupos de crianças com vínculos de parentesco – irmãos, primos – devem ser atendidos na mesma unidade, independente da faixa etária. O acolhimento será feito até que seja possível o retorno à família de origem ou extensa ou colocação em família substituta.

**Usuários:** Crianças e adolescentes de 0 a 17 anos e onze meses de idade.

**Objetivo:** Acolher e garantir proteção integral à criança em situação de risco pessoal e social e de abandono

**Objetivos específicos:**

- Reduzir a ocorrência de risco, seu agravamento ou sua reincidência, que demandaram esta modalidade de atendimento;
- Buscar restabelecer vínculos familiares e comunitários, salvo determinação judicial em contrário;
- Possibilitar a convivência comunitária através de plano individual de atendimento e ações sistemáticas;
- Promover acesso à rede socioassistencial, aos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e às demais políticas públicas para garantir o desenvolvimento integral da população atendida;
- Contribuir para a colocação em família substituta, sempre que houver a impossibilidade do reestabelecimento e/ou a preservação de vínculos com a família de origem/extensa.

**Forma de acesso ao serviço:** Determinação do Poder Judiciário, requisição do Conselho Tutelar. Nesses casos, a autoridade competente deverá ser comunicada, conforme previsto no artigo 93 do ECA.

**Período de Funcionamento:** Ininterrupto, 24 horas diárias

**Unidade:** Em espaços/locais (cedidos ou próprios), administrados por organizações sem fins econômicos com características residenciais, sem placa de natureza institucional e endereço sigiloso para a preservação da identidade e integridade do público atendido, destinado a atendimento de grupos de até 20 crianças. Nessa unidade é indicado que os orientadores socioassistenciais trabalhem em turnos fixo diários, a fim de garantir estabilidade das tarefas de rotina diárias, referência e previsibilidade no contato com as crianças e adolescentes

**Abrangência:** distrital

---

parágrafo único. Importante ressaltar que a falta de recursos materiais não constitui motivo para o abrigamento, conforme Art. 23 dessa lei.



**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**  
ASSISTÊNCIA E  
DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Provisões Institucionais, físicas e materiais	Trabalho social	Trabalho socioeducativo	Aquisições dos usuários
<p>Alimentação; Ambiente com características residenciais, contendo: sala de estar, sala de jantar; cozinha, lavanderia, banheiros, 4 dormitórios, despensa e área externa; Acessibilidade; Banco de Dados de usuários da assistência social e das organizações e serviços socioassistenciais; Computador com configuração que comporte acessos a sistemas de dados e provedor de internet de banda larga.</p>	<p>Acolhida/Recepção Escuta; Adotar metodologia de trabalho com as famílias por meio de: entrevistas, estudo social visitas domiciliares, promovendo o reconhecimento dos recursos do território e apropriação dos mesmos pelas famílias; Estudo Social com o CRAS da região de abrigamento e o CRAS da região de moradia da família, quando, excepcionalmente, a medida de proteção ocorreu fora do território de moradia da família; Articulação com serviços locais que permitam construir e operar a referência e contra-referência; Acompanhamento e monitoramento dos encaminhamentos realizados; Orientação e atendimento sociofamiliar; Fortalecimento da função protetiva da família; Desenvolvimento da convivência familiar e comunitária; Trabalho de desabrigamento desde o momento do abrigamento; Articulação com os serviços de outras políticas públicas; Articulação interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos; Elaboração de relatórios e/ou prontuários.</p>	<p>Orientação para desenvolvimento de hábitos de saúde e higiene corporal; Desenvolvimento de atividades lúdicas de lazer e educativas fora do abrigo; Realização de trabalho socioeducativo com as famílias com o objetivo de fortalecer o grupo familiar para o exercício de suas funções de proteção visando a reintegração familiar; Ações de cuidados e ações psicopedagógicas, levando em conta a faixa etária da criança; Acompanhamento das famílias no processo pós- reintegração pelo menos por 6 meses; Desenvolvimento de aptidões e capacidades adequadas à faixa etária; Participação das ações do cotidiano da casa estimulando o cuidado com o espaço físico, organização dos seus pertences e outros aprendizados; Atividades de convívio e de organização da vida cotidiana.</p>	<p>Ser acolhido em suas demandas, interesses, necessidades e possibilidades; Ter acesso a ambiente acolhedor e espaços reservados a manutenção da privacidade do (a) usuário (a) Ter reparado ou minimizado os danos por vivências de violência e abusos; Ter sua Identidade, integridade e história de vida preservadas; Vivenciar experiências que contribuam para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários; Ter acesso a serviços, benefícios socioassistenciais e programas de transferência de renda, conforme necessidades e Inserção e permanência na rede de ensino; Receber ações pautadas pelo respeito a si próprio e aos outros, fundamentadas em princípios éticos de justiça e cidadania; Conhecer seus direitos e como acessá-los; Ter oportunidades de escolha e tomada de decisão; Ter experiências para relacionar-se e conviver em grupo, administrar conflitos por meio do diálogo, compartilhando outros modos de pensar e agir; Ter oportunidade de avaliar as atenções recebidas, expressar opiniões e reivindicações; Ter espaço com padrões de qualidade</p>

			quanto a: higiene, acessibilidade, habitabilidade, salubridade, segurança e conforto; Ter acesso a alimentação em padrões nutricionais adequados e adaptada a necessidades específicas; Preparação para o desligamento.
--	--	--	---

**Indicadores de avaliação do serviço:**

Fonte: **Declaração Mensal de Execução do Serviço**

**Percentual de crianças desligadas pelo retorno à família de origem ou família substituta durante o semestre**

**Meta: 25% ou mais**

**Percentual médio de crianças, sem restrição judicial, que receberam visita familiar (nuclear e/ou extensa) durante o trimestre**

**Meta: 100%**

**Percentual médio de famílias de criança (nuclear e/ou extensa) acompanhadas durante o trimestre**

**Meta: 100%**

**Quadro de Recursos Humanos**

<b>Função</b>	<b>Carga horária semanal</b>	<b>Número</b>
<b>Gerente de serviço I</b>	<b>40h</b>	<b>1</b>
<b>Técnico</b>	<b>40h</b>	<b>2</b>
<b>Assistente técnico I</b>	<b>40h</b>	<b>1</b>
<b>Orientador socioeducativo diurno</b>	<b>40h ou 12X36h</b>	<b>11 (sendo 2 folguistas)</b>
<b>Orientador socioeducativo noturno</b>	<b>40h ou 12X36h</b>	<b>7 (sendo 1 folguista)</b>
<b>Cozinheiro</b>	<b>40h</b>	<b>2</b>
<b>Agente operacional</b>	<b>40h</b>	<b>7</b>

(\*)O profissional de Serviço Social passa a ter a carga horária semanal de 30horas em cumprimento às disposições contidas na Lei Federal nº 12.317/2010



## 14. ATRIBUIÇÕES

### 14.1 - Supervisão de Assistência Social (SAS)

- Participar da seleção dos profissionais que atuarão no objeto deste edital;
- Participar de capacitações continuadas, tanto as oferecidas pela SMADS, como as viabilizadas pela rede local;
- Monitorar, avaliar a prestação dos serviços do serviço objeto deste edital;
- Realizar a supervisão da prestação de contas e do serviço conveniado.
- Elaborar Plano de Supervisão Técnica para acompanhamento, monitoramento e avaliação do serviço.

### 14.2 Das Organizações/ Entidades/ Associações Conveniadas

- Realizar diagnóstico, mapeando os serviços conveniados ou não, localizando a rede de serviços a partir dos territórios de maior incidência de vulnerabilidade e riscos, de forma a propiciar a universalidade de cobertura entre indivíduos e famílias.
- Elaborar Plano de Ação seguindo as diretrizes do PLAS/SP 2009-2012.
- Participar da capacitação continuada tanto as oferecidas pela SMADS, como as viabilizadas pela rede local;
- Possuir tecnologia para operar o banco de dados informatizado das famílias alvo do Programa, com acesso à Internet, pelo menos um computador com a seguinte configuração mínima: 256 MB de memória, processador 1.8 GHZ, superior ou equivalente, com Internet Explorer 6.0 ou superior, e Windows XP ou versão mais atualizada do Windows;
- Possibilitar que a SAS acompanhe a seleção dos profissionais do serviço, de acordo com as atribuições exigidas para cada função apresentadas na Portaria 46/2010/SMADS
- Realizar as ações previstas no plano de trabalho, respeitando as diretrizes e eixos dos serviços;
- Alimentar os sistemas de controle de dados dos serviços informatizados ou manuais, adotados pela SMADS, bem como os decorrentes das normas expedidas pela União e pelo Governo do Estado de São Paulo.
- Participar da sistematização, monitoramento das atividades desenvolvidas e do processo de avaliação;
- Disponibilizar o conhecimento gerado entre as demais organizações conveniadas para o serviço, bem como entre as Coordenadorias de Assistência Social e SMADS por meio de encontros e seminários, relatórios e boletins informativos;
- Cadastrar, quando necessário, as famílias no BDC ou outro instrumental definido pela SMADS, conforme especificações estabelecidas pela Portaria nº 004/SMADS/SMSP/SMG de 19/09/2005;
- Publicizar a parceria com material fornecido pela SMADS e pela Organização e garantir a presença dos logos da PMSP e da SMADS nos materiais elaborados pela organização, tais como, *folders*, *banners*, convites, outros meios impressos e demais mídias.

## 14. PORTARIAS COMPLEMENTARES AO EDITAL

**Portaria nº 31/2003/SAS/GABINETE** - Detalha os procedimentos estabelecidos no Decreto Municipal n.º 43.698/03, as regras para a realização das audiências públicas e participação das organizações/entidades/associações interessadas, e para a formalização de convênios, publicada no Diário Oficial do Município, em 06 de setembro de 2003.

**Portaria nº 19/SMADS/2007** – Altera o 11.1. do artigo 2º da Portaria 31/2003/SAS/Gabinete.

**Portaria nº 004/SMADS/SMSP/SMG** – Instituiu o Banco de Dados do Cidadão como o cadastro que deverá ser utilizado por todas as Supervisões de Assistência Social das Subprefeituras quando do atendimento de municípios que buscam os programas sociais oferecidos.

**Portaria nº. 46/2010/SMADS**, publicada em DOC de 15 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a Tipificação da Rede Socioassistencial do Município de São Paulo e regulamentação de Parceria operada por meio de convênios.

**Portaria nº. 47/2010/SMADS** publicada em DOC de 15 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre referência de custos dos serviços da Rede Socioassistencial operada por meio de convênios.

**Lei nº - 12.010**, de 3 de agosto de 2009

**Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária - CONANDA/2006**

**Orientações Técnicas:** Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes/ Brasília/2009

**Decreto nº 53.029, de 16 de março de 2012** - Introduz alterações nos artigos 2º, 4º e 5º do Decreto nº 50.365, de 30 de dezembro de 2008, bem como cria os equipamentos sociais que especifica e estabelece as atribuições das unidades da Coordenadoria Geral de Assistência Social - COGEAS, da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

**Decreto nº 54.073, de 4 de julho de 2013** - Dispõe sobre a supressão e a vinculação de unidades da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social; altera a denominação e a lotação dos cargos de provimento em comissão que especifica.

## **ANEXO I**

### **MODELO REFERENCIAL DE CREDENCIAMENTO**

Pelo presente instrumento, a organização \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, por seu representante legal infra-assinado, credencia o Sr.(Sra.) \_\_\_\_\_, portador da cédula de identidade nº \_\_\_\_\_, expedida pela SSP/\_\_\_\_\_, outorgando-lhe plenos poderes para representá-la na Audiência Pública referente ao Edital nº \_\_\_\_/2012 podendo oferecer informações e complementações que se fizerem necessárias.

São Paulo, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2012.

Nome completo, função e assinatura

### OBSERVAÇÕES

1. O credenciamento deverá estar acompanhado da ata de eleição da diretoria em vigência para comprovar que o seu subscritor tem poderes para outorgar o credenciamento.
  
2. Quando o credenciamento for conferido por procurador da entidade/organização, deverá ser ainda apresentada cópia autenticada do documento procuração, do qual deverá constar expressamente a possibilidade de substabelecimento.

**ANEXO II**  
**MINUTA DO TERMO DE CONVÊNIO**  
(que será preparada por SGA/Convênios oportunamente)

### INSTRUMENTO DE GERENCIAMENTO DO CONVÊNIO

**TIPO DE SERVIÇO: Núcleo de Apoio à Inclusão Social Pessoas com Deficiências II - Faixa Etária de 7 a 14 anos de idade e 11 meses.E Núcleo de Apoio á Inclusão Social para Pessoas com Deficiência III- Faixa Etária a partir dos 15 anos de idade.**

**TOTAL DE VAGAS OFERECIDAS: 60 vagas**

**ORGANIZAÇÃO MANTENEDORA: CASA JESUS AMOR E CARIDADE**

**NOME DO SERVIÇO (nome fantasia):**

**ENDEREÇO DO SERVIÇO: RUA PAULO RAFAEL, 40-VILA HEBE**

**DISTRITO: BRASILÂNDIA**  
**030**

**CEP: 02765-**

**SUPERVISÃO TÉCNICA REGIONAL: CRAS REGIONAL FREGUESIA /BRASILÂNDIA**

**SUPERVISÃO E ACOMPANHAMENTO DA CAS NORTE**

**REPASSE MENSAL: R\$ 30.420,97.**

**VERBA DE IMPLANTAÇÃO: R\$ 5.000,00**

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 93.10.08.242.1142.6203.3.3.90.39.00.00-PROTEÇÃO ESPECIAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

**VIGÊNCIA DO CONVÊNIO: DE \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ a \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_**



A Prefeitura do Município de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, com sede na cidade de São Paulo, Rua Libero Badaró, 569 – Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 60.269.453/0001-40, doravante designada simplesmente **SMADS**, neste ato representada pelo(a) Sr(a) Teresinha Colaneri dos Reis, Supervisor(a) de Assistência Social da CAS \_Norte, e a organização sem fins lucrativos **CASA JESUS AMOR E CARIDADE**, inscrita no CNPJ sob o nº **00.686.149/0001-76**, titular da matrícula/credenciamento em SMADS sob o registro nº **04.1059**, inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social sob registro n.º **839/2010**, com sede na **Rua PROF..DÁRIO RIBEIRO,1386**, distrito: **CASA VERDE**, Região: **CASA VERDE**, neste ato representada pelo seu(sua) presidente; Sr.(a) **Celso Martins de Oliveira**, portador(a) da Cédula de Identidade **RG nº 3.292.854** e do Registro no CPF-MF nº **038.140.418-87**, doravante designada simplesmente **CONVENIADA**, resolvem conjugar esforços e recursos mediante a celebração do presente CONVÊNIO, cujas cláusulas seguem abaixo:

## **I - DO OBJETIVO**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - Constitui objetivo da celebração do presente convênio a conjugação de esforços e recursos, para assegurar direitos sócio-assistenciais para a população que deles necessitar, tendo em vista o contínuo desenvolvimento e aprimoramento das atenções oferecidas nos serviços que compõem, em rede, o Sistema Único de Assistência Social de âmbito nacional - SUAS e a política de assistência social na cidade de São Paulo, no âmbito da rede de segurança social, mantendo um sistema de vigilância, monitoramento e avaliação, que assegure padrão de qualidade no atendimento e garantia do caráter público na ação, bem como informação aos usuários de seus direitos, permitindo a troca de experiências para uma gestão descentralizada e participativa com o compromisso de buscar alternativas para reversão do processo de reprodução da desigualdade social na cidade de São Paulo.

## **II – DO OBJETO**

**CLÁUSULA SEGUNDA – O presente convênio destina-se à prestação do(s) serviço(s) denominado(s) de Núcleo de Apoio à Inclusão Social para Pessoas com Deficiências II-Faixa Etária de 07 a 14 anos de Idade.E Núcleo de Apoio á Inclusão Social para Pessoas com Deficiências III-Faixa Etária a partir de 15 anos, de acordo com os padrões estabelecidos no Edital de Chamamento nº 026/SMADS/2012, publicado no DOC em 29/02/2012 e nas demais normas técnicas oriundas de SMADS, e em conformidade com a proposta de trabalho aprovada acrescida dos elementos constantes do parecer do Supervisor de Assistência Social, da CAS NORTE que integram o presente, no distrito de BRASILÂNDIA da REGIÃO de FREGUESIA DO Ó/BRASILÂNDIA.**

*Parágrafo Primeiro:* **Para prestar o objeto indicado no caput desta cláusula, são oferecidas 60 vagas no total.**

*Parágrafo Segundo:* **.O objeto do presente convênio será prestado de acordo com as especificações abaixo:**

**A partir do contexto do atendimento determinado pela política de Assistência Social os objetivos e diretrizes da Política para integração da Pessoa com Deficiência, a abrangência e especificidades desse segmento. O Núcleo de Apoio á Habilitação e reabilitação Social deve considerar em suas atividades as etapas do desenvolvimento humano e suas peculiaridades, diferenciando a programação para a primeira infância – crianças de 0 (zero) aos 6(seis) anos de idade, das ações propostas às crianças a partir dos 6 anos, aos adolescentes, aos jovens, aos adultos aos idosos.**

**Objeto: situações em que a condição da deficiência de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos se constitua em desvantagens que fragilizam vínculos familiares e comunitários.**

**Condições de acesso: Os usuários são encaminhados através do CRAS de centro de referencia da Assistência Social, da rede pública da educação, da saúde, das organizações especializadas. Ou por iniciativa da família ..**

Núcleo de Apoio à Inclusão Social para Pessoas com Deficiências II a partir de 7 anos de idade á 14 anos de idade e 11 meses.E núcleo de apoio á Inclusão Social para Pessoas com Deficiências III- a partir de 15 anos de idade até idade adulta e suas famílias.

**O núcleo de apoio à habilitação e reabilitação social para criança a partir dos 06 anos de idade, adolescentes, jovens, adultos e idosos é um serviço que oferece atividades socioeducativas que favoreçam as capacidades adaptativas para a vida diária e vida prática- a socialização, a autocuidado, o estímulo à locomoção independente, o desenvolvimento da comunicação e da linguagem a capacidade para resolução de problemas, o respeito pelo outro e pelo ambiente, tendo como referências o desenvolvimento das competências pessoais, relacionais, cognitivas e produtivas tem como finalidade ampliar repertório de possibilidades, considerando o desenvolvimento pessoal e as necessidades e características individuais, tendo como parâmetro a personalização do atendimento. Para aqueles que têm acima de 14 anos de idade, considerando-se as possibilidades de cada um, serão oferecidos oficinas e cursos que visam a capacitação e a preparação para o mundo do trabalho, desenvolvendo habilidades e atitudes favorecendo a maior autonomia possível para a execução de uma tarefa.**

**Os grupos de atendimentos de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos com deficiência são definidos considerando-se a faixa etária – ciclos de vida, as características e possibilidades de cada um, a evolução, maturidade e interesse individual e do contexto das atividade. São subdivididos em grupos de 10 usuários, dos 06 aos 15 anos de idade e em grupo de até 15 usuários partir dos 15anos de idade.As atividades são oferecidas de segunda a sexta-feira, tanto no período da manhã quanto no período da tarde, no contra turno da escolaridade.**

**O atendimento em período integral será considerado quando, por motivos diversos, for analisado e avaliada pela equipe do serviço a impossibilidade de inclusão em outro em outro serviço de rede sócioassistencial ou por absoluto impedimento da pessoa com deficiência estar no outro período com um membro da família ou responsável. Isto porque se deve prever, também, a inclusão na própria família, possibilitando e incentivando essa convivência.**

**Na programação e cronograma estabelecidos para os grupos, serão considerados as necessidades e o tempo de tolerância dessas pessoas às atividades, observando as especificidades da deficiência.**

**As ações empreendidas devem estimular o desenvolvimento psíquico, físico, intelectual e social dos atendidos, privilegiando uma programação ampla e abrangente, e não reducionista, sempre com respeito ao nível e ritmo de desenvolvimento de cada um cabendo ressaltar que a heterogeneidade do grupo favorece a troca de experiências, a colaboração, a cooperação e o respeito mútuo, fortalecendo aprendizados de convivência.**

**A atuação junto às famílias e sua participação no processo de desenvolvimento das pessoas com deficiência, e da sua própria autonomia enquanto agentes de inclusão social são fundamentais para o alcance de finalidade de preservação e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.**

**META: Estabelecida de acordo com a demanda da região, da capacidade do espaço físico para o atendimento e do quadro de RH estabelecido para esta modalidade de serviço.**

**PUBLICO ALVO: Pessoas com deficiência a partir dos 07 anos de idade e suas famílias, com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos.**

**FUNCIONAMENTO: O atendimento é realizado de 2ª a 6ª feira, das 8h00 às 17h00, dividido em turnos das 8h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00.**

**OBJETIVO GERAL: Promover o convívio, o desenvolvimento das competências pessoais, relacionais, cognitivas e produtivas da pessoa com deficiência, da autonomia e da independência, e a defesa dos direitos com a busca constante da sua inclusão na rede de serviços socioassistenciais.**

**OBJETIVOS ESPECÍFICOS:**

- \*Estabelecer ações e estratégias para o desenvolvimento de habilidades, hábitos e atitudes para situações de vida prática e da vida diária, favorecendo sua integração social na família e na comunidade.**
- \*Envolver a família no processo de desenvolvimento da pessoa com deficiência, desenvolvendo ações sistemáticas para a preservação e o fortalecimento dos vínculos familiares.**
- \*Promover a interação social entre crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos deficientes e as demais pessoas, baseada no respeito mútuo, cooperação, partilha e trocas sociais.**
- \*Desenvolver a capacidade de tomar iniciativa e resolver problemas em situações cotidianas de acordo com suas possibilidades.**
- \*Favorecer atividades que despertam a autoconfiança e auto realização.**
- \*Atender as necessidades básicas de aprendizagem: aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de habilidades, atitudes e valores.**
- \*Favorecer a autonomia no que diz respeito aos cuidados próprios e noções de intimidade e privacidade.**
- \*Favorecer a locomoção independente.**
- \*Estimular o respeito pelo outro ou pelo ambiente.**
- \*Promover situações em que as crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos com deficiência e suas famílias se apropriem do seu espaço social/comunitário, enquanto cidadãos.**
- \*Envolver a comunidade na ações promovidas pelo serviço, despertando a conscientização sobre as deficiências, o respeito à diversidade e a importância e ganhos de uma convivência inclusiva.**
- \*Favorecer e promover a inclusão das crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos com deficiência em equipamentos e serviços da rede de políticas e demais setores da rede socioassistencial.**
- \*Desenvolver hábitos e atitudes para a realização de um trabalho.**

**\*Realizar atividades que favoreçam a descoberta de habilidades, talentos, interesses e competências que favoreçam o desempenho de atividades laborais.**

**\*Promover o conhecimento e a vivência do mundo do trabalho para os jovens e adultos com deficiência.**

**PARAGRAFO TERCEIRO: A população usuária atendida pelo objeto deste convênio é composta por Pessoas com deficiências a partir dos 07 anos de idade e suas famílias, com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos.**

### **III - DAS OBRIGAÇÕES DE SMADS**

**CLÁUSULA TERCEIRA** – São obrigações da **SMADS**, diretamente ou por meio da Supervisão de Assistência Social das Subprefeituras, em consonância com o art. 20 do Decreto Municipal n.º 43.698, de 02 de setembro de 2003:

1. Supervisionar a execução do(s) serviço(s) realizado(s) em parceria, em primeira instância de forma descentralizada por intermédio das Supervisões de Assistência Social e, em segunda instância, pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, órgão executor da política municipal de assistência social, à luz da proposta de trabalho apresentada pela CONVENIADA e acrescida dos elementos constantes do parecer do Supervisor de Assistência Social, e nos termos da legislação em vigor, em especial a Portaria 34/SMADS-GAB/2007 publicada no DOC de 15/12/2007.
2. Manter acompanhamento dos relatórios de visitas do técnico supervisor responsável, obedecidas as normas técnico-operacionais, assegurando seu acesso aos órgãos técnicos da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social.
3. Indicar padrões básicos para o desenvolvimento das atividades objeto do convênio, assim como a necessidade de treinamento e reciclagem de pessoal;
4. Disponibilizar mensalmente os recursos financeiros para realização do repasse mensal à CONVENIADA
5. Examinar e aprovar as prestações de contas dos recursos financeiros repassados à CONVENIADA, fiscalizando o adequado uso da verba e o cumprimento das cláusulas do convênio;
6. Realizar o pagamento das despesas de aluguel e impostos inerentes ao imóvel destinado ao referido serviço, quando for o caso, e arcar com as reformas estruturais, de hidráulica e de elétrica das instalações físicas, quando se tratar de serviço instalado em próprio municipal;
7. Fornecer placa de identificação oficial, a ser colocada no local da prestação do(s) serviço(s), informando sobre a presente ação conveniada;
8. Manter relação de referência/contra-referência entre o CRAS – Centro de Referência de Assistência Social da Supervisão de Assistência Social e as vagas do(s) serviço(s), conveniado(s);
9. Garantir a qualificação dos recursos humanos que operam os serviços, programas ou projetos em parceria;
10. Oferecer apoio técnico e operacional para garantir a qualidade das atenções de assistência social;
11. Assegurar a elaboração de modelo padrão de termo de compromisso e responsabilidade tripartite, a ser firmado entre o usuário, a CONVENIADA e SMADS, de acordo com o disposto na alínea “b” do inciso II do artigo 22 do Decreto Municipal n.º 43.698/03, e receber e apreciar eventual manifestação dos usuários em defesa de seus direitos.
12. Manutenção de bancos de dados como parte do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

#### **1.1.1.1.1.1.1 IV - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA**

**CLÁUSULA QUARTA** - São obrigações da **CONVENIADA**, em consonância com o art. 22 do Decreto Municipal n.º 43.698, de 02 de setembro de 2003:

1. Executar o(s) serviço(s), assistencial(is), discriminados na cláusula segunda, a quem deles necessitar, na conformidade da proposta de trabalho selecionada;

2. Garantir padrão de qualidade das ações e promover a implantação das sugestões de alteração ou de complementação das ações, de acordo com as diretrizes técnicas e operacionais definidas pela SMADS, e com as propostas apresentadas pelos usuários e pela comunidade;
3. Proporcionar amplas e iguais condições de acesso à população abrangida pelo(s) serviço(s) assistencial(is), sem discriminação de qualquer natureza, zelando pela segurança e integridade física dos usuários;
4. Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação, relativamente ao objeto do presente convênio, solicitado pelas Supervisões de Assistência Social, Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, membros da Câmara Municipal, Conselho Municipal de Assistência Social e demais órgãos públicos competentes, assegurando as condições necessárias ao acompanhamento, supervisão, fiscalização e avaliação da execução e dos resultados deste convênio;
5. Aplicar integralmente os recursos financeiros repassados pela SMADS na prestação das ações objeto deste convênio, conforme estabelecido na cláusula segunda;
6. Manter, por cinco anos, sob custódia, a **DESP** – Planilha de Descrição Mensal de Despesa, devidamente acompanhada pelos respectivos documentos fiscais, com data, identificação do fornecedor, valor e especificação do material adquirido, que será utilizada como subsídio para a elaboração da **DEGREF** – Declaração Trimestral de Gerenciamento dos Recursos Financeiros, instituídas pela NAS-002.
7. Manter a contabilidade, os procedimentos contábeis dos recursos recebidos de SMADS e os registros estatísticos de atendimento de forma que permitam a comprovação da regularidade da aplicação dos recursos públicos;
8. Manter recursos humanos, materiais e instalações adequados e compatíveis com o atendimento das ações assistenciais, com vistas ao alcance dos objetivos deste convênio;
9. Contratar e manter, por sua conta, pessoal qualificado e necessário ao desenvolvimento do(s) serviço(s), conforme as orientações técnicas de SMADS, comprometendo-se a cumprir a legislação vigente;
10. Realizar capacitação continuada junto aos profissionais da CONVENIADA a fim de assegurar a execução do plano de trabalho aprovado em audiência pública, avaliação sistemática para a prestação do serviço com qualidade dentro da política de assistência social;
11. Apresentar relatório mensal demonstrando o atendimento prestado, com os aspectos quantitativos e qualitativos, considerados, respectivamente, a capacidade e o número de beneficiários, bem como os resultados alcançados na implementação dos serviços, denominado DEMES – Declaração Mensal da Execução do Serviço Sócio Assistencial, instituída pela NAS 002;
12. Apresentar a **GROAS** –Grade de Ofertas de Atividades Socioassistenciais, planejada de acordo com o desenvolvimento no decorrer do ano, até 15 de janeiro de cada ano .
13. Alimentar os sistemas de controle de dados dos serviços, informatizados ou manuais, adotados pela SMADS, bem como os decorrentes das normas expedidas pela União e pelo Governo do Estado de São Paulo;
14. A CONVENIADA deverá fornecer, mensalmente, relação contendo informações individualizadas das pessoas atendidas durante o mês, na forma que vier a ser estabelecida por SMADS, bem como informar, semanalmente, às segundas-feiras, para os CRAS das respectivas SAS, as vagas disponíveis.
15. Manter placa de identificação afixada no imóvel onde funciona o serviço conveniado, de acordo com especificações estabelecidas pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social;
16. Mencionar, em toda publicação, material promocional e de divulgação de suas atividades e eventos, que a atividade é mantida em convênio com a Prefeitura do Município de São Paulo e com o Governo do Estado.
17. Manter a identidade do trabalhador social mediante crachá contendo nome completo, cargo, função e logomarca da organização e da Prefeitura;
18. Manter avaliação da qualidade das atenções prestadas, conjuntamente com os usuários, conforme estabelece o artigo 11, inciso III da Lei Municipal n.º 13.153, de 22 de junho de 2001;
19. Manter, durante o prazo de vigência deste convênio, a regularidade das obrigações perante a Previdência Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;
20. Comunicar à Supervisão de Assistência Social toda e qualquer alteração ocorrida em seus estatutos sociais, mudanças de diretoria ou substituição de seus membros.
21. Manter atualizado diariamente o Banco de Dados dos Usuários e de suas Famílias, de acordo com as normas expedidas pela União e pelo Governo do Estado de São Paulo, bem como deverá alimentar os sistemas de controles de dados dos serviços — *on line*, informatizados ou manuais — adotados por SAS, e especialmente o Sistema Informatizado de Rua - SISRUA.

## V – DO CUSTEIO

**CLÁUSULA QUINTA** – O custeio do objeto deste convênio será composto pelos valores referentes a:

1. O repasse mensal;
- 2—*O fornecimento* de gêneros alimentícios

**Parágrafo Único:** A estimativa da composição do custeio mensal do objeto deste convênio está discriminada no “Demonstrativo do Custeio do Serviço Conveniado”, que é parte integrante do presente termo (Anexo I).

**CLAUSULA SEXTA** Para a Implantação do objeto deste convênio, conforme demonstração constante na proposta de trabalho aprovada, a CONVENIADA receberá uma única vez o valor de R\$5.000,00 (CINCO MIL REAIS) como verba de Implantação

**CLÁUSULA SÉTIMA** - A SMADS repassará mensalmente à CONVENIADA o valor de R\$ 30.420,97, (trinta mil quatrocentos e vinte reais e noventa e sete centavos) relativo à execução do(s) serviço(s) objeto deste convênio, sendo composto por:

1. Verbas disponibilizadas por SMADS dentro do seu próprio orçamento.

**Parágrafo Primeiro** - O valor estipulado no *caput* desta cláusula será repassado pela SMADS, mediante crédito em conta corrente da CONVENIADA, relativo à execução do(s) serviço(s) objeto deste convênio, será mediante crédito em conta corrente da CONVENIADA, aberta para a execução do convênio, mensalmente, após a execução do serviço, no prazo de 7 (SETE) dias contados a partir da ENTRADA DO PROCESSO DE PAGAMENTO NA Supervisão de Contabilidade de SMADS, quando para o repasse houver verba disponibilizada pelo Governo do Estado ou pela União e no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a partir da emissão da Nota da Liquidação e Pagamento quando a verba disponibilizada for por SMADS, dentro de seu orçamento sendo que o início dos pagamentos se dará a partir do 1º dia útil do mês subsequente, devendo ser observados os procedimentos estabelecidos no Portaria específica que versa sobre a prestação de contas .

**Parágrafo Segundo** - O valor estipulado no *caput* poderá ser reduzido no montante correspondente ao custeio com a prestação do serviço, mantida a remuneração dos recursos humanos e demais custos fixos, no caso de reforma inadiável do imóvel, com o consentimento da SMADS, pelo período correspondente à interrupção do atendimento.

**Parágrafo Terceiro** – Caso venha a ocorrer a necessidade de providências complementares pela CONVENIADA a pedido de SMADS, o pagamento ficará suspenso até o saneamento das impropriedades.

**Parágrafo Quarto** – Quando o repasse mensal estiver, integral ou parcialmente, vinculado a recursos do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, a liberação da parcela vinculada, por SMADS à CONVENIADA, fica condicionada ao depósito correspondente no respectivo Fundo.

**CLÁUSULA OITAVA** – São consideradas como fornecimento de gêneros alimentícios as seguintes situações

- I- A entrega de alimentos perecíveis e/ou não-perecíveis, feita pela Secretaria Municipal de Gestão (SMG), através do Departamento de Merenda Escolar (DME), para o manuseio e elaboração a serem distribuídas à população usuária e funcionários do objeto deste convênio.

#### **VI-DA PRESTAÇÃO DE CONTAS.**

**CLAUSULA NONA** O período concernente à utilização de recursos financeiros para pagamento das ações conveniadas será dividido em trimestres consecutivos, dentro dos quais se o valor do repasse mensal do convênio não for gasto integralmente no mês correspondente, o saldo remanescente poderá ser utilizado no mês seguinte ou no subsequente pela CONVENIADA, não podendo a compensação exceder o trimestre.

1. A utilização trimestral dos recursos financeiros pela organização parceira tem por referência os trimestres civis.
2. Os trimestres civis são contados a partir do mês de janeiro de cada ano, pela união de três em três meses, sucessivamente, dos dados da execução do serviço sob gestão conveniada;
3. A organização parceira adequará sua prestação de contas para que corresponda ao trimestre civil, independentemente da data de início de vigência do serviço sob gestão conveniada;

4. A compensação trimestral dos gastos poderá ser aferida por meio das informações constantes na **DEGREF**, instituída pela NAS 002, que deverá estar compatível com o valor total transferido pela Prefeitura no trimestre;
5. O eventual saldo credor ao final do trimestre será descontado na transferência mensal no primeiro mês do trimestre subsequente;

**Parágrafo Primeiro** - Na hipótese dos gastos excederem ao valor do repasse mensal do convênio, a CONVENIADA poderá receber a diferença no mês seguinte, desde que haja saldo não utilizado remanescente no trimestre, vedada a compensação de quantias gastas a maior e a menor findo cada trimestre.

**Parágrafo Segundo** – Os saldos remanescentes de valores repassados pela SMADS e não gastos pela CONVENIADA deverão ser aplicados em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de instituição oficial, quando a utilização dos recursos verificar-se em prazos inferiores a um mês, nos termos do parágrafo 4º, do art. 116, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, devendo as receitas auferidas desses investimentos ser aplicadas exclusivamente no objeto deste convênio, constando de demonstrativo específico que integrará a prestação de contas, nos termos do parágrafo 5º, do mesmo dispositivo legal.

**Parágrafo Terceiro** – Em qualquer hipótese, findo o presente convênio, os saldos de recursos remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à SMADS, no prazo improrrogável de 30 dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, nos termos do parágrafo 6º, do art. 116, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

**CLÁUSULA DÉCIMA** – Para o recebimento do repasse mensal a **CONVENIADA** deverá:

1. Entregar formalmente e mensalmente, até o 2º dia útil de cada mês, à Supervisão de Assistência Social da CRAS REGIONAL ou a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social planilha mensal denominada de **DEMES-Declaração Mensal da Execução do Serviço Socioassistencial**, assinada pelo coordenador designado pela CONVENIADA..
2. Entregar formalmente e mensalmente manifestação através do preenchimento da **DEGREF – Declaração Trimestral do Gerenciamento dos Recursos Financeiros**, à Supervisão de Assistência Social da CRAS REGIONAL ou à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, devidamente assinada pelo contador responsável.
  - 2.1 Para os serviços municipalizados, deverá ser entregue mensalmente, cópia da DEGREF, com o preenchimento parcial dos dados .
3. Manter sob custódia, por cinco anos a partir da data de despesa, a planilha **DESP - Planilha de Descrição Mensal de Despesa**, onde devem ser registradas as despesas mensais identificadas pelos fornecedores com anexação dos respectivos documentos fiscais comprobatórios, devidamente organizados e à disposição de verificações programadas, fiscalizações e auditorias por parte dos órgãos públicos, dos Conselhos de Direitos e de Políticas Públicas;
4. Apresentar até o dia 15 de janeiro de cada ano a **GRADE DE ATIVIDADES SOCIOASSISTENCIAIS-GROAS**, que propõe desenvolver durante o ano para aprovação da equipe Técnica de SMADS.

#### **I.1.2**

#### **I.1.3 VII - DO GERENCIAMENTO, DO CONTROLE E DA AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONVÊNIO**

**I.1.3.1.1.1.1.1.1** **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O controle e a avaliação da execução do presente convênio ficarão a cargo da SMADS, órgão responsável pela execução da política de assistência social no município de São Paulo.**

#### **I.1.3.1.1.1.1.2**

**1.1.3.1.1.1.1.3** Parágrafo Primeiro – ***Os Conselhos Municipais da Assistência Social e dos Direitos da Pessoa com Deficiência, poderão, de acordo com as suas atribuições legais, realizar a avaliação do objeto do presente convênio.***

**Parágrafo Segundo** – O controle e a avaliação da execução do presente convênio tomarão como base o cumprimento dos padrões das ofertas que compõem o objeto deste Termo, o cumprimento das diretrizes do Plano Municipal de Assistência Social – PLASSP, a garantia dos direitos dos usuários e a boa e fiel utilização dos recursos financeiros pagos pela SMADS à CONVENIADA.

## **VIII – DAS PENALIDADES**

**CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA-** O não cumprimento das cláusulas deste convênio, bem como a inexecução injustificada, total ou parcial, dos serviços, programas e projetos conveniados constituem irregularidades passíveis das seguintes penalidades, aplicadas cumulativamente e/ou progressivamente, obedecida a proporcionalidade:

1. Advertência formal;
2. Suspensão do repasse mensal;
3. Suspensão da Matrícula / Credenciamento;
4. Rescisão do Convênio;
5. Cancelamento da Matrícula / Credenciamento.

**Parágrafo Primeiro** - Constatada pela Supervisão de Assistência Social da Subprefeitura a ocorrência de irregularidades, a CONVENIADA deverá ser por essa notificada, por meio de notificação formal, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

**Parágrafo Segundo** - A CONVENIADA deverá apresentar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da data do recebimento da notificação de irregularidades, justificativa e proposta de correção para apreciação e decisão da Supervisão de Assistência Social da CRAS REGIONAL.

**Parágrafo Terceiro** - A liberação do pagamento será feita após a correção das irregularidades apontadas, ou da aceitação formal da proposta de correção, com prazos determinados.

**Parágrafo Quarto** - A cópia da notificação de ocorrências de irregularidades, devidamente assinada pelas partes, da justificativa e da proposta de correção integrarão o processo administrativo identificado no preâmbulo do presente Termo.

## **IX – DA VIGÊNCIA E ALTERAÇÕES**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA-** O presente convênio terá duração da data de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ a \_\_\_\_\_, podendo ser prorrogado, mediante ato específico do Secretário Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social publicado no Diário Oficial do Município de São Paulo, por menor, igual ou maior período, desde que não exceda, no total, o prazo de 60 (sessenta) meses, nos termos da legislação vigente.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** - O convênio poderá ser aditado, por acordo entre os partícipes, nos casos de:

I - alteração do(s) serviço(s) executado(s);

II - acréscimo ou redução do número de atendidos, com a conseqüente alteração do valor do pagamento mensal.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** - Fica convencionado que a SMADS poderá alterar, mediante ato específico do Secretário Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, o valor do pagamento mensal, desde que comprovada sua inadequação, por meio de estudos de custos, e desde que existam recursos orçamentários disponíveis, mediante a junção aos autos de cópia do provimento autorizatório.



#### **I.1.4 X – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA** - Este convênio poderá, a qualquer tempo e por iniciativa de qualquer dos partícipes, ser denunciado mediante notificação prévia de 60 (sessenta) dias.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA** - O presente convênio poderá, ainda, ser rescindido, independentemente do prazo previsto na cláusula anterior, nos seguintes casos:

1. A qualquer tempo, por mútuo acordo, mediante a lavratura do Termo de Rescisão.
2. Unilateralmente, de pleno direito e a critério da SMADS, mediante denúncia e notificação formal:
  - 2.1. por irregularidades referentes à administração dos valores recebidos, bem como à execução do objeto ou cláusulas do convênio relativo ao desenvolvimento do serviço e ao cumprimento dos padrões estabelecidos nas normas gerais para celebração de convênio de SMADS, constatadas pela Supervisão de Assistência Social da CRAS REGIONAL;
  - 2.2. por descumprimento, pela CONVENIADA, de qualquer disposição prevista nas cláusulas deste convênio.
  - 2.3. Em razão de denúncia ou RESCISÃO do convênio mantido com a Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social e/ou com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

##### *I.1.4.1.1.1.1 XI – DOS RECURSOS FINANCEIROS*

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA**– A execução do presente convênio onerará a dotação orçamentária n.º 93.10.08.242.0344.6203.3.3.90.39.00.03 - PROTEÇÃO ESPECIAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, a conta do Fundo Municipal de Assistência Social, no valor anual de R\$ 730.103,28 (setecentos e trinta mil cento e três reais e vinte e oito centavos), e as dotações orçamentárias correspondentes que forem estabelecidas nos exercícios seguintes.

#### **I.1.4.2 XII – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DO FORO**

**CLÁUSULA NONA**– Aplica-se ao presente convênio a Lei Municipal n.º 13.153/2001, o Decreto Municipal n.º 43.698/03, a Portaria n.º 31/2003/SAS/GABINETE e as demais normas e orientações oriundas da SMADS, e, no que couber, as disposições da Lei Federal n.º 8.666/93.

##### *I.1.4.2.1.1.1*

**I.1.4.2.1.1.2 CLÁUSULA VIGÉSIMA – Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo para dirimir quaisquer questões resultantes da execução deste convênio.**

E, por estarem de acordo com as cláusulas e condições ajustadas, firmam o presente termo de convênio em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

São Paulo, de de 2012.

**TERESINHA COLANERI DOS REIS  
COORDENADORA  
COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA  
SOCIAL CAS NORTE**

**Celso Martins de Oliveira**

**R.G.3.292.854:  
C.P.F.:038.140.418-87**

TESTEMUNHAS:

1. (nome)  
R.G. n°:

2. (nome)  
R.G. n°:

**Extrato publicado no D.O.C. em     /     /2012**

## ANEXO I – Demonstrativo do Custeio do Serviço Conveniado

Nº	Elementos de Despesa	Despesa paga com o repasse mensal	Despesa paga por SMADS diretamente	Total
<b>1</b>	Salários			
	1.1. Gestão	R\$ 3.067,31		R\$ 3.067,31
	1.2. Trabalho social	R\$ 6.612,38		R\$ 6.612,38
	1.3. Apoio	R\$ 3.260,44		R\$ 3.260,44
	<b>Sub Total</b>	<b>R\$ 12.940,13</b>		
<b>2</b>	Encargos patronais trabalhistas	R\$ 7.695,50		R\$ 7.695,50
<b>3</b>	Oficineiros			R\$ -
<b>4</b>	Horas técnicas			R\$ -
<b>5</b>	Alimentação	R\$ 4.303,20		R\$ 4.303,20
<b>6</b>	Recursos materiais para o trabalho socioeducativo e pedagógico	R\$ 953,40		R\$ 953,40
<b>7</b>	Outras Despesas	R\$ 570,60		R\$ 570,60
<b>8</b>	Concessionárias	R\$ 766,80		R\$ 766,80
<b>9</b>	Aluguel	R\$ 3.000,00		R\$ 3.000,00
<b>10</b>	IPTU (valor mensal)	R\$ 191,34		R\$ 191,34

**ANEXO III**

Artigo 7º do Decreto nº 53.177, de 04 de junho de 2012

**DECLARAÇÃO**

**1. IDENTIFICAÇÃO DO DIRETOR:**

NOME: \_\_\_\_\_  
CARGO NA ENTIDADE: \_\_\_\_\_  
ENTIDADE: \_\_\_\_\_  
TELEFONE: \_\_\_\_\_

**2. DECLARAÇÃO:**

DECLARO ter conhecimento das vedações constantes do artigo 1º do Decreto nº 53.177, de 04 de junho de 2012 e nos termos do art. 7º do referido decreto declaro que:

( ) **não incorro** em nenhuma das hipóteses de inelegibilidade previstas no referido artigo 1º do Decreto nº 53.177/2012.

( ) **incorro** nas hipóteses de inelegibilidade previstas no referido artigo 1º do Decreto nº 53.177/2012.

( ) **tenho dúvidas** se incorro ou não na(s) hipótese(s) de inelegibilidade prevista(s) no(s) inciso(s) \_\_\_\_\_ do referido artigo e, por essa razão, apresento os documentos, certidões e informações complementares que entendo necessários à verificação das hipóteses de inelegibilidade.

DECLARO, ainda, sob as penas da lei, em especial aquelas previstas na Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1983, e no artigo 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica), que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

São Paulo, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do interessado

RG: \_\_\_\_\_

Verso do anexo

Art. 1º. A vedação estabelecida na Emenda nº 35 à Lei Orgânica do Município de São Paulo de nomeação, contratação, admissão, designação ou posse para cargos, empregos e funções públicas da Administração Direta e Indireta do Município de São Paulo de pessoas que incidam

nas hipóteses de inelegibilidade previstas na Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, alterada pela Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010, compreende:

I - os que tenham perdido o mandato no Congresso Nacional, Assembleias Legislativas, Câmara Legislativa do Distrito Federal e Câmaras Municipais por infringência ao disposto nos incisos I e II do artigo 55 da Constituição Federal, dos dispositivos equivalentes sobre perda de mandato das Constituições Estaduais e Leis Orgânicas dos Municípios e do Distrito Federal, durante o período remanescente do mandato para o qual foram eleitos e nos 8 (oito) anos subsequentes ao término da legislatura;

II - os que tenham perdido o cargo de Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal e de Prefeito e Vice-Prefeito por infringência a dispositivo da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Distrito Federal ou da Lei Orgânica do Município, durante o período remanescente do mandato perdido e pelo prazo de 8 (oito) anos subsequentes ao término do mandato para o qual tenham sido eleitos;

III - os que tenham contra sua pessoa representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político, durante o período do mandato da eleição na qual concorrem ou tenham sido diplomados, bem como nos 8 (oito) anos seguintes;

IV - os que tenham sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, pelos crimes:

a) contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público;

b) contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência;

c) contra o meio ambiente e a saúde pública;

d) eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade;

e) de abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação à perda do cargo ou à inabilitação para o exercício de função pública;

f) de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores;

g) de tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos;

h) de redução à condição análoga à de escravo;

i) contra a vida e a dignidade sexual; e

j) praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando;

V - os que tenham sido declarados indignos do oficialato ou com ele incompatíveis, pelo prazo de 8 (oito) anos;

VI - os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, por decisão

irrecorrível do órgão competente, salvo se esta houver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário, nos 8 (oito) anos seguintes ao da rejeição, contados a partir da data da decisão, aplicando-se o disposto no inciso II do artigo 71 da Constituição Federal a todos os ordenadores de despesa, sem exclusão de mandatários que houverem agido nessa condição;

VII - os detentores de cargo na administração pública direta, indireta ou fundacional, que beneficiarem a si ou a terceiros, pelo abuso do poder econômico ou político, que tenham sido condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, nos 8 (oito) anos seguintes ao da condenação;

VIII - os que hajam exercido cargo ou função de direção, administração ou representação, em estabelecimentos de crédito, financiamento ou seguro, que tenham sido ou estejam sendo objeto de processo de liquidação judicial ou extrajudicial, nos 12 (doze) meses anteriores à respectiva decretação, enquanto não forem exonerados de qualquer responsabilidade;

IX - os que tenham sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, por corrupção eleitoral, por captação ilícita de sufrágio, por doação, captação ou gastos ilícitos de recursos de campanha ou por conduta vedada aos agentes públicos em campanhas eleitorais que impliquem cassação do registro ou do diploma, pelo prazo de 8 (oito) anos a contar da condenação;

X - os que tenham renunciado aos mandatos de Presidente da República, Governador de Estado e do Distrito Federal, Prefeito, Senador, Deputado Federal, Estadual e Distrital e Vereador, nas hipóteses em que haja sido oferecida representação ou petição capaz de autorizar a abertura de processo por infringência a dispositivo da Constituição Federal, da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Distrito Federal ou da Lei Orgânica do Município, durante o período remanescente ao do mandato ao qual hajam renunciado e nos 8 (oito) anos subsequentes ao término da legislatura;

XI - os que tenham sido condenados à suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde a condenação ou o trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena;

XII - os que tenham sido excluídos do exercício da profissão, por decisão sancionatória do órgão profissional competente, em decorrência de infração ético-profissional, pelo prazo de 8 (oito) anos, salvo se o ato houver sido anulado ou suspenso pelo Poder Judiciário;

XIII - os que tenham sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em razão de terem desfeito ou simulado desfazer vínculo conjugal ou de união estável para evitar caracterização de inelegibilidade, pelo prazo de 8 (oito) anos após a decisão que reconhecer a fraude;

XIV - os que tenham sido demitidos do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 8 (oito) anos, contado da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário;

XV - a pessoa física e os dirigentes de pessoas jurídicas responsáveis por doações eleitorais tidas por ilegais por decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, pelo prazo de 8 (oito) anos após a decisão; e

XVI - os magistrados e os membros do Ministério Público que forem aposentados compulsoriamente por decisão sancionatória, que tenham perdido o cargo por sentença ou que tenham pedido exoneração ou aposentadoria voluntária na pendência de processo administrativo disciplinar, pelo prazo de 8 (oito) anos.

Parágrafo único. A vedação de que trata o inciso IV deste artigo não se aplica aos crimes culposos e àqueles definidos em lei como de menor potencial ofensivo, nem aos crimes de ação penal privada.

Art. 7º. Todas as entidades sem fins lucrativos que mantiverem convênios, termos de parceria, contratos de gestão e instrumentos congêneres ou que, por qualquer outra forma, recebam verbas de órgãos da Administração Municipal Direta, Autárquica e Fundacional, deverão comprovar que seus diretores não incidem nas vedações constantes do artigo 1º deste decreto.

## ANEXO IV

### TERMO DE RESPONSABILIDADE

A \_\_\_\_\_ (nome da organização), por meio de seu representante legal, Sr. (a). \_\_\_\_\_ (nome do representante legal) **ATESTA**, sob as penas da lei, que o imóvel situado à Rua \_\_\_\_\_ (endereço do imóvel em que o serviço será prestado) possui condições de segurança e habitabilidade, a fim de nele ser (em) prestado(s) o(s) serviço(s) de assistência social \_\_\_\_\_ (nome do serviço), com \_\_\_\_\_ (n.º) vagas de atendimento, conforme Edital n.º \_\_\_\_\_/SMADS/2013, que culminou no Termo de Convênio n.º \_\_\_\_\_ (n.º do processo).

Atesta ainda que o imóvel encontra-se em perfeitas condições, razão pela qual se responsabiliza por qualquer dano no imóvel que possa vir a atingir os usuários que se utilizarão do serviço a ser nele prestado.

Declara ainda estar ciente de que, caso seja constatado, em vistoria, que o imóvel não possui condições de segurança e habitabilidade, tal fato pode dar causa à rescisão do convênio celebrado com a Secretaria Municipal de Assistência Social.

São Paulo,                      de                      de 2013.

\_\_\_\_\_  
(assinatura do representante legal da organização)

(MODELO DE TERMO PARA ASSINATURA NA DATA DA CELEBRAÇÃO DO CONVÊNIO)